

Pós-graduação profissional em administração no Brasil: a necessária consolidação identitária

HENRIQUE MUZZIO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

henrique.muzzio@ufpe.br

Doutor em Administração de Empresas pela FGV/EAESP. Professor do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco (DCA/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD). Coordenador de EPQ/ANPAD. Líder do Grupo Lócus de Investigação em Economia Criativa. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1042906766573631>

Esse texto é inspirado no artigo do incansável professor Pedro Lincoln. Esclareço que não faço aqui um debate com o professor Lincoln, pois compartilho de algumas de suas ideias e o espaço não permite apontamentos específicos a cada uma de suas muitas argumentações. O que faço é comentar o tema, observando algumas de suas provocações. Assim, evito um comportamento por vezes observado em debates no Brasil, quando um palestrante diz que o copo está meio vazio e um outro diz que o copo é de vidro, assim, ambos estão corretos, a plateia sai satisfeita, mas ao final, não houve um verdadeiro debate.

Ao tratar da pós-graduação em administração, o texto faz alusão necessária à política pública. Sim, embora com décadas, a política pública de educação superior ainda não alcançou a maturidade. Em parte, porque as políticas públicas no Brasil, em geral, apresentam lacunas em seus direcionamentos estratégicos e em suas execuções. Em parte, porque as deficiências do campo minam a consolidação dessa política. Parece que temos histórica deficiência em definir o que queremos ser quando crescermos, assim, sem um norte bem definido, o percurso pode parecer adequado. Outro agravante decorre das contínuas mudanças de rotas de políticas em consolidação, que deixam de ser políticas de estado e se transformam em políticas de governos, com a míope visão de quatro anos. Ou ainda, contaminada por um forte viés ideológico que lhe apequena, como parece ocorrer neste momento.

Essas distorções chegam aos programas de pós-graduação em administração (PPGA). Pedro Lincoln nos fala sobre os programas profissionais como “uma instituição mal resolvida”. De fato, ainda que existam necessários entusiastas, nos parece que sempre houve um mal-estar no campo profissional. A falta de um rigor em estabelecer um caminho distinto do seu par acadêmico contribuiu significativamente para esta condição inadequada, se não do ponto de vista numérico, certamente no aspecto identitário. Hoje há uma forte presença desta modalidade no número total de programas, mas parece que o incômodo apontado ainda reverbera em nossa “jabuticaba da pós-graduação”. Aliás, na produção de jabuticabas nós somos realmente bons.

O problema nasce com o próprio produto. Como apontado, os programas de pós-graduação em administração profissionais (PPGAPS) são criados à semelhança dos programas acadêmicos. Se não dava para escapar totalmente desta origem, o caminho até aqui poderia ter sido construído com mais autonomia, o que permitiria hoje esse modelo ter uma identidade bem consolidada.

Uma razão foi a composição de seu corpo docente, muito semelhante aos mestrados acadêmicos, e, mais grave ainda, em muitos casos em universidades federais, tratava-se de docentes com larga vocação acadêmica, mas com reduzida vivência e/ou vocação de mercado. Ou seja, na origem, os programas tradicionais públicos em administração foram constituídos como acadêmicos e se expandiram em programas profissionais, evidenciando a comentada “ambiguidade institucional de origem”. Neste caso, parece difícil uma identidade própria em programas públicos diante do academicismo em que está baseado o sistema. Dificilmente um profissional com bagagem no mundo corporativo, o qual teria muito a oferecer a programas profissionais, consegue êxito em um concurso nas universidades públicas. Com isso, esse microcosmo é preponderantemente dotado de profissionais com perfil acadêmico, mas que estão à frente de programas profissionais. Será que suas atuações são suficientemente condizentes com esses dois perfis? Desconfiamos que não o suficiente.

Em relação à comparação dos PPGAs com MBAs (A transposição do Master para especialização não poderia ocorrer em outro país, a não ser no Brasil), isso mereceria um comentário a parte, diante de níveis de formação distintos. Acreditamos que são produtos que podem coexistir com seus distintos propósitos, afinal, nem todos precisam fazer um mestrado e há demandas de mercado que são suficientemente supridas com especializações. Agora, talvez exista sim certo desperdício institucional e ambiguidade nas modalidades MBA, MPA e Acadêmico, mas elas não existem no vácuo, há um interesse mercadológico de oferta e procura. Assim, há um casamento de interesse, mas com um certo grau de paixão!

As escolas de negócios possuem uma lógica de atuação que, diante da natureza de mercado e de seus propósitos estratégicos, não estão erradas. Embora a educação não seja uma mercadoria comum, tais escolas cumprem um papel social de complemento aos PPGs públicos, que não são suficientes (e nem deveriam) para atender ao mercado. Mas há uma questão importantíssima, a pesquisa. Para realizá-la, é preciso capacidade e decisão gerencial, o que significa alocação de vultuosos investimentos e uma visão de longo prazo, condições nem sempre presentes nas escolas de negócios. Sem pesquisa, o máximo que continuaremos a fazer é copiar (mal) o que fora produzido no estrangeiro, e assim, continuaremos com essa mesma discussão em 10, 20 anos, como já se fazia décadas atrás. Por exemplo, como participante de eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) há vários anos, testemunhei muitos e recorrentes debates, que se repetem porque falhamos na ação. Adoramos um diagnóstico, mas nem tanto a execução.

A experiência brasileira evidencia que, se depender apenas de auto regulação, a qualidade é insuficiente, porque o mercado é insuficiente em sua exigência, porque é mais cômodo, assim, a qualidade comparada aos pares de países desenvolvidos escancara uma distância incômoda, mas esse “mal estar” é apenas para alguns, notadamente, os críticos chatos do sistema. Se as escolas de negócios estão prosperando, parece que não têm incomodado os seus clientes. Mas se a pesquisa é negligenciada, só resta a cópia.

Copiar é um comportamento histórico no campo, a observar a formação da pós-graduação em administração no Brasil, a qual fora absolutamente moldada sob a ótica do padrão norte americano, que aqui também já fora responsável pela implantação dos cursos de graduação, evidenciando a força institucional que os Estados Unidos exerce sobre nossa cultura, não apenas a acadêmica. Acostumados a copiar, nos tornamos vilões e vítimas de dois problemas: (i) da reduzida crítica à mera cópia, o que nos deixa vulneráveis em responder aos nossos problemas e desafios, no caso em análise, o quanto nossa pós-graduação em administração (acadêmica e profissional) tem negligenciado as respostas demandadas pelo “mundo real”, uma velha crítica de empresários, (ii) do fatalismo que, infelizmente, copiamos mal. A cópia em si pode ser um caminho, mas ela precisa ser acompanhada da crítica aguçada e de adaptações a uma realidade que ainda possui lacunas, desde a formação de nossos estudantes, até o rigor reduzido em boa parte de nossas pesquisas. Portanto, a pesquisa tem que ser de qualidade, causar impacto e transformação social, seja realizada no contexto público, seja no âmbito privado, mas, infelizmente em nosso campo, esta lacuna permanece.

Se não há pesquisa, como gerar conhecimento que contribua para a superação de nossas deficiências sociais e que transforme nossa realidade? Seremos eternos copiadore e aplicadore de tecnologias importadas? Em concordância com o professor Pedro Lincoln, sem pesquisa, qual a função do PPGAs? É imperativo incluir estrategicamente a pesquisa de qualidade, preponderantemente, destinada a resoluções de problemas e desafios da prática social e organizacional com foco na transformação da sociedade.

A lógica da pesquisa de prateleira continua forte em nosso contexto, em um autoconsumo cada vez mais desalinhado com as demandas do mundo produtivo. Sim, é possível realizar pesquisa que fuja a esta lógica, que esteja na ponta do conhecimento ou mesmo voltada a nichos antissistema, mas não deve ser a produção majoritária. A pesquisa em administração, realizada por programas acadêmicos ou profissionais, deve ser eficiente e gerar impacto no mundo produtivo.

Para a transformação social, os programas precisam cumprir dois propósitos: i) Atender os requisitos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para que existiam (tendo sempre a opção de alterar a natureza da avaliação e seus parâmetros); ii) Desenvolver ensino e pesquisa de qualidade superior, com o impacto social decorrente. A realização do segundo propósito não é a mais fácil, mas é o que deve ser buscado pelos PPGAs. O alcance desse propósito pela maioria dos programas seria um indicativo da almejada maturidade do campo.

No caso dos PPGPAs privados, além do cumprimento da normatização da CAPES, eles têm um poderoso controle institucional, o mercado. Assim, precisam ir além da simples observância da exigência legal, fato que impõe maior preocupação na relação entre o perfil de seu corpo docente e as demandas corporativas. Além disso, as creditações internacionais, com todas as exigências que lhe caracterizam, dão uma legitimação necessária às organizações acreditadas (em um padrão institucional o qual não influenciemos) para atrair uma demanda com perfil profissional. Certamente uma lógica muito distinta da cultura universitária pública.

Mas mesmo com seus vícios de origem e as lacunas ainda presentes no campo profissional, os PPGPAs caminham para ser maioria da pós-graduação em administração. Os números falam por si. Esta evolução evidencia que o campo consolidou esse modelo, mesmo com críticas de defensores do perfil acadêmico. Respondendo a um dos vários questionamentos do professor Lincoln, nos parece que a posição atual dos PPGAPs é mais em função das condições externas favoráveis (que não necessariamente continuarão) do que em razão de uma planejada ação dos agentes. O universo dos PPGAPs ainda não alcançou um nível de pesquisa desejável que a institucionalização da CAPES lhe permitiu, embora seja verdade que o tempo ainda é curto, parece ser preciso realizar maior esforço neste sentido.

Então, não deve ser o caso de acabar com o lado profissional do campo (é o que se indica com o surgimento dos doutorados profissionais), mas sim, realizar ajustes para uma identidade própria. Um exemplo de como o campo profissional ainda precisa consolidar sua identidade: Se olharmos a ficha de avaliação disponibilizada esse ano de 2020, a ser aplicada na avaliação quadrienal de 2021, se evidencia a dificuldade de distinção entre os programas acadêmicos e profissionais. Os quesitos com seus respectivos pesos são absolutamente idênticos! Sim, eles se distinguem em determinados pesos em suas subpartes. Mas ainda possuem mais convergência que divergência. Certamente, um ponto a avançar.

No debate por mudança, não nos parece ser apenas os PPGPAs que devem ser repensados, os acadêmicos também. Veja a crítica situação social que o Covid-19 causou. Qual a resposta concreta (ainda que em nível propositivo) dos PPGs em administração para esta situação? Em que sentido o conhecimento gerado e estruturado na pós-graduação em administração no Brasil pode contribuir com o meio produtivo e com o poder público a fim de mitigar os efeitos da pandemia? A despeito de eventuais experiências, o que parece prevalecer é o continuísmo da histórica distância entre a academia em administração e o setor produtivo. Lembremos que a maior parte dos doutores brasileiros está nas universidades, enquanto em vários países mais desenvolvidos esses profissionais estão, predominantemente, nas empresas. Essa é uma característica da nossa cultura, colaborada pelo baixo índice de pesquisa em nossas companhias. Aliás, no nosso capitalismo jabuticaba, o liberalismo é seletivo. Por exemplo, o nível de alocação de recursos para pesquisa por empresas tupiniquins é substancialmente menor quando comparado a pares desenvolvidos ou mesmo em desenvolvimento, restando a cópia para a oferta de bens e serviços.

Outro ponto discutido no artigo base, ao discorrer sobre a necessidade de mudança, foi o papel ativo do professor (agente) na transformação do cenário atual. Nos parece haver duas dificuldades principais para tal: Primeiro, a submissão do agente ao peso institucional e estrutural que coloca uma ênfase crescente no Programa, o qual podemos perceber no modelo de avaliação (CAPES, 2020) a ser aplicado na avaliação quadrienal próxima. Aqui recorremos à dualidade da estrutura (GIDDENS, 1984) no qual somos ao mesmo tempo criadores e influenciados por nossas criações, ou seja, se a estrutura é assim, isto é decorrente do agente. Segundo, o agente deseja fazer uma modificação profunda na estrutura? A mudança exige mais que o mesmo, um pensamento crítico, uma vontade de transformação, um engajamento etc., o que parece ausente neste momento, assim, seu papel quase sempre fica reduzido à competência funcional, por vezes, deficiente. Notadamente, não é um caminho fácil.

Enfim, todas as lacunas ainda existentes fazem parte do aprimoramento do campo, que não serão superadas facilmente se continuarmos a repetir os erros anteriores. Em nossa opinião, o campo pode coexistir com programas acadêmicos e profissionais, mas não como é hoje,

e sim, com ambos possuindo identidades bem definidas, onde o padrão seja a realização de pesquisas conduzidas com rigor, onde elementos como confiabilidade, objetividade e imparcialidade sejam fortemente valorizados, com o uso de metodologias apropriadas aos seus objetivos e com rígida preocupação com o impacto social de seus resultados. Aos programas profissionais, uma possibilidade de distinção seria o estabelecimento da exigência de aplicação da pesquisa para suprir uma demanda mercadológica real, com a obrigatoriedade de vínculo formais entre o programa e empresas ou entidades públicas para esse desenvolvimento. Assim, o discente teria que, necessariamente, desenvolver um trabalho final com forte conteúdo inovador e conhecimento aplicado, com ganhos mútuos para discente, programa e empresa / governo.

Por limite de espaço, encerramos aqui. Discussões como estas ajudam e devem ser incentivadas, mas não podemos esquecer que é a prática que transforma. Então agentes, mãos à obra!

REFERÊNCIAS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2020). *Ficha de avaliação Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo*. Recuperado de http://www.capes.gov.br/images/FICHA_AVALIACAO/Administra%C3%A7%C3%A3o.pdf

Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.